

Título

A voz como mecanismo de poder na sociedade contemporânea: dimensões simbólicas, políticas e tecnológicas

Autor

Thiago Barbosa Soares

Ano de publicação

2025

Referência

SOARES, Thiago Barbosa. A voz como mecanismo de poder na sociedade contemporânea: dimensões simbólicas, políticas e tecnológicas. **Transições**, Ribeirão Preto, v. 6, n. 2, 2025.

A VOZ COMO MECANISMO DE PODER NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA: DIMENSÕES SIMBÓLICAS, POLÍTICAS E TECNOLÓGICAS

VOICE AS A MECHANISM OF POWER IN CONTEMPORARY SOCIETY: SYMBOLIC, POLITICAL AND TECHNOLOGICAL DIMENSIONS

Thiago Barbosa Soares*

Resumo: O artigo analisa o papel da voz na construção e manutenção das relações de poder nos âmbitos social, político e midiático. Partindo de teóricos como Michel Foucault, Pierre Bourdieu e Norman Fairclough, o estudo explora como a vocalidade não é apenas um meio de comunicação, mas um capital simbólico que reforça hierarquias sociais. Na política, a voz é um instrumento essencial para a construção da autoridade e da persuasão, sendo utilizada estratégicamente por líderes como Barack Obama e Angela Merkel. No contexto midiático, jornalistas e publicitários modulam suas vozes para transmitir credibilidade, enquanto estruturas de poder silenciam grupos marginalizados, como mulheres, negros e indígenas. Com o avanço tecnológico, a voz tornou-se um vetor de vigilância e manipulação. Assistentes virtuais e deepfakes vocais levantam questões éticas e políticas, uma vez que permitem a falsificação de discursos e a extração de dados pessoais. O artigo também discute como algoritmos perpetuam padrões vocais eurocentrados, marginalizando sotaques e expressões periféricas. Apesar dessas dinâmicas de controle, a voz também se manifesta como ferramenta de resistência. Movimentos sociais e coletivos independentes utilizam plataformas digitais para amplificar vozes historicamente silenciadas, desafiando narrativas hegemônicas. Por fim, o estudo destaca a necessidade de uma abordagem crítica sobre a vocalidade, considerando suas implicações políticas, tecnológicas e sociais, e apontando para novos desafios éticos e regulatórios na era digital.

Palavras-chave: Voz; Poder; Sociedade.

* Doutor em Linguística pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Professor no curso de Letras e no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Pesquisador bolsista de produtividade do CNPq. Contato: thiago.soares@mail.uff.edu.br

Abstract: This article analyzes the role of voice in constructing and maintaining power relations in social, political, and media spheres. Drawing on theorists such as Michel Foucault, Pierre Bourdieu, and Norman Fairclough, the study explores how vocality is not just a means of communication, but a symbolic asset that reinforces social hierarchies. In politics, voice is an essential tool for constructing authority and persuasion, being strategically used by leaders such as Barack Obama and Angela Merkel. In the media, journalists and advertisers modulate their voices to convey credibility, while power structures silence marginalized groups such as women, Black people, and Indigenous people. With technological advancement, voice has become a vector of surveillance and manipulation. Virtual assistants and deepfakes raise ethical and political questions, as they allow for the falsification of speech and the extraction of personal data. The article also discusses how algorithms perpetuate Eurocentric vocal patterns, marginalizing accents and peripheral expressions. Despite these dynamics of control, voice also manifests itself as a tool of resistance. Social movements and independent collectives use digital platforms to amplify historically silenced voices, challenging hegemonic narratives. Finally, the study highlights the need for a critical approach to vocality, considering its political, technological, and social implications, and pointing to new ethical and regulatory challenges in the digital age.

Keywords: Voice; Power; Society.

INTRODUÇÃO

A voz desempenha um papel central nas dinâmicas de poder da sociedade contemporânea, manifestando-se como um instrumento essencial nas relações sociais, políticas e midiáticas. Mais do que um simples meio de comunicação, a voz carrega nuances simbólicas que refletem autoridade, persuasão e legitimidade, sendo determinante na construção de discursos e na estruturação de hierarquias sociais (BOURDIEU, 1996). Políticos, líderes empresariais e figuras midiáticas utilizam a modulação vocal, a entonação e o ritmo para influenciar a percepção pública, consolidando posições de poder e moldando narrativas que orientam o comportamento coletivo (FAIRCLOUGH, 2001).

A voz é um capital simbólico que pode ser convertido em influência e autoridade. Segundo Bourdieu (1996), a linguagem não é neutra: ela reflete

e reproduz hierarquias sociais, de modo que certas vozes são naturalizadas como legítimas, enquanto outras são marginalizadas. Por exemplo, a dicção pausada e o tom assertivo de líderes como Barack Obama ou Angela Merkel não apenas transmitem confiança, mas também reforçam sua autoridade política. Essas estratégias vocais são cuidadosamente construídas para criar uma conexão emocional com o público, ao mesmo tempo em que projetam uma imagem de competência e controle (CHARAUDEAU, 2010).

No campo midiático, a voz também é uma ferramenta de persuasão e manipulação. Jornalistas e apresentadores são treinados para utilizar entonações que transmitam objetividade e credibilidade, enquanto propagandas políticas empregam técnicas de sonoridade para gerar impacto emocional (FAIRCLOUGH, 2001). No entanto, a seleção de vozes que recebem espaço na mídia reflete estruturas de poder mais amplas. Como aponta Spivak (2010), grupos marginalizados, como mulheres, negros e indígenas, são frequentemente silenciados ou sub-representados, o que perpetua desigualdades simbólicas e reforça narrativas hegemônicas.

O estudo sobre a voz como mecanismo de poder torna-se especialmente relevante diante das transformações tecnológicas e comunicacionais contemporâneas. O advento das plataformas digitais, da inteligência artificial e dos assistentes virtuais não apenas amplia a projeção da voz, mas também a torna objeto de manipulação e controle. Tecnologias de síntese vocal e deepfakes levantam questões éticas e políticas, pois a capacidade de reproduzir vozes fidedignas desafia conceitos de autenticidade e veracidade (ZUBOFF, 2019).

Por exemplo, assistentes virtuais como Alexa e Siri não apenas respondem a comandos, mas também coletam dados sobre os usuários, inserindo-os em uma lógica de vigilância e monetização. Além disso, os deepfakes vocais representam uma ameaça crescente à integridade da informação, pois permitem a criação de discursos falsos atribuídos a figuras públicas, ampliando o risco de desinformação e manipulação política

(HAGGERTY; ERICSON, 2000). Essas tecnologias não apenas transformam a forma como a voz é utilizada, mas também redefinem as fronteiras entre o público e o privado, criando novos desafios para a regulação e a ética na comunicação.

A exclusão de determinadas vozes do espaço público evidencia desigualdades estruturais relacionadas a gênero, raça e classe social. Spivak (2010) argumenta que as vozes subalternas são sistematicamente silenciadas pelos discursos dominantes, refletindo uma hierarquia de poder que privilegia certos grupos em detrimento de outros. No contexto digital, essa exclusão é amplificada por algoritmos que favorecem padrões vocais eurocentrados, marginalizando sotaques e expressões de grupos não hegemônicos (THOMPSON, 1995).

No entanto, a voz também pode ser uma ferramenta de resistência. Movimentos sociais e ativistas têm se apropriado de novas plataformas para amplificar vozes que historicamente foram silenciadas. Segundo Soares (2015), a comunicação alternativa permite que grupos marginalizados ressignifiquem seu lugar no debate público, desafiando as estruturas tradicionais de poder. Um exemplo é o uso de podcasts independentes por coletivos periféricos para discutir temas como racismo e desigualdade, criando espaços de fala que não dependem da mídia tradicional.

Este artigo tem como objetivo analisar como a voz se configura como um mecanismo de poder na sociedade contemporânea, investigando suas manifestações em diferentes contextos e sua influência nas estruturas sociais. Para isso, busca-se responder à seguinte problemática: de que forma a voz atua como um instrumento de poder na sociedade atual? A partir dessa questão, pretende-se compreender as implicações do uso da voz como ferramenta de persuasão, domínio e resistência, explorando suas dimensões políticas, midiáticas e tecnológicas.

A abordagem metodológica adotada neste estudo baseia-se em uma revisão bibliográfica fundamentada em teóricos da linguagem, do poder e da comunicação, tais como Michel Foucault (2008), Pierre Bourdieu

(1996) e Norman Fairclough (2001). Além disso, serão examinados discursos políticos, performances midiáticas e o impacto das novas tecnologias vocais, a fim de compreender como a voz pode reforçar ou desafiar estruturas de poder.

FUNDAMENTOS TEÓRICOS

A compreensão da voz como mecanismo de poder exige um diálogo interdisciplinar que transcende fronteiras teóricas, articulando perspectivas clássicas e contemporâneas sobre poder, discurso e identidade. Este capítulo estrutura-se em três eixos centrais — o conceito de poder, a relação entre voz e discurso, e os aspectos sociolinguísticos da voz —, ancorados em referenciais que desvendam as dinâmicas de exclusão e dominação na sociedade. Ao integrar filosofia, sociolinguística e teoria crítica, busca-se não apenas mapear como a voz opera, mas também revelar os mecanismos sutis que naturalizam hierarquias, tornando algumas falas audíveis e outras, sistematicamente, inaudíveis.

A noção de poder é central para desvendar como a voz se torna instrumento de controle ou resistência. Michel Foucault, em *Microfísica do Poder* (1979), redefine o poder não como uma entidade vertical e centralizada, mas como uma rede difusa que permeia todas as relações sociais, desde instituições até interações cotidianas. Para Foucault, o poder é produtivo: não apenas reprime, mas molda subjetividades, define normas e regula quem pode falar, sobre o quê e em quais contextos. Nessa perspectiva, a voz não é um simples ato de expressão, mas um dispositivo de subjetivação, pois quem detém o direito à fala também define os limites do discurso legítimo. Por exemplo, a medicalização de certas vozes (como as de pessoas neurodivergentes) ilustra como o poder psiquiátrico determina quais narrativas são consideradas “rationais” ou “desviantes”.

Pierre Bourdieu complementa essa visão ao introduzir o conceito de poder simbólico (BOURDIEU, 1989), destacando que a autoridade para

falar está vinculada ao capital cultural e social. Para Bourdieu, a linguagem não é neutra: ela reflete e reproduz hierarquias, operando como um mercado linguístico onde certas variedades são valorizadas (como o português padrão ou o jargão acadêmico) e outras desprestigiadas (como dialetos regionais ou gírias periféricas). Assim, a voz de um professor universitário carrega legitimidade institucional, enquanto a de um jovem da periferia é frequentemente estigmatizada como “inculta”, uma hierarquia que não é natural, mas socialmente construída.

A voz não existe isoladamente: ela se materializa no discurso, que é tanto um produto social quanto um campo de disputa. Mikhail Bakhtin, em *Marxismo e Filosofia da Linguagem* (1929), enfatiza o caráter dialógico da linguagem, argumentando que toda fala é uma resposta a vozes anteriores e um convite a respostas futuras. A voz, portanto, é polifônica, carregada de intenções e tensões. Por exemplo, quando um movimento social como o Black Lives Matter ecoa em hashtags e protestos, ele não apenas denuncia o racismo, mas ressignifica discursos históricos sobre justiça e cidadania, criando um diálogo crítico com narrativas hegemônicas.

Norman Fairclough, em *Discurso e Mudança Social* (2001), amplia essa ideia ao analisar o discurso como prática social que constrói e é construída por relações de poder. Para ele, a voz hegemônica, como a da grande mídia, impõe enquadramentos que naturalizam visões de mundo (ex.: associar imigrantes a “ameaças”), enquanto vozes dissidentes contestam essas estruturas por meio de contra-narrativas. Roseli Soares, em *Comunicação e Hegemonia* (2015), acrescenta que a autoridade discursiva está ligada a instituições (Estado, mídia, academia), que atuam como “guardas” da fala legítima. Um exemplo é a censura velada a pesquisadores que desafiam narrativas governamentais, como ocorreu com cientistas críticos às políticas ambientais no Brasil.

A voz também é um marcador de identidade, refletindo e reforçando desigualdades de gênero, classe e raça. Deborah Cameron, em *Verbal*

Hygiene (1995), demonstra como normas linguísticas são usadas para policiar corpos e vozes, especialmente de mulheres e minorias. Por exemplo, o “tom adequado” em ambientes profissionais, frequentemente associado à masculinidade branca e à neutralidade afetiva, exclui sotaques regionais ou entonações consideradas “emocionais demais”, marginalizando vozes que não se encaixam nesse padrão.

Judith Butler, em *Problemas de Gênero* (1990), associa a voz à performatividade, argumentando que a fala não apenas expressa identidade, mas a constitui. O silenciamento de vozes transgênero, por exemplo, não é apenas uma negação de sua expressão, mas uma negação de sua existência social, já que a identidade de gênero é performativamente construída através da linguagem. Pierre Bourdieu, em *A Economia das Trocas Linguísticas* (1996), reforça que a competência linguística é um capital desigual: grupos dominantes impõem seu “mercado de falas”, desvalorizando variantes associadas a classes populares. No Brasil, Marcos Bagno (*Preconceito Linguístico*, 1999) expõe como o estigma contra o português não padrão (como o uso de “nós vai”) reforça exclusões educacionais e profissionais, perpetuando ciclos de marginalização.

Esses referenciais teóricos permitem concluir que a voz é um fenômeno multidimensional: opera como tecnologia de poder (FOUCAULT, 1979), ao regular quem pode falar; como arena discursiva (BAKHTIN, 1929), onde significados são negociados; e como espelho de desigualdades (CAMERON, 1995), que reflete hierarquias de gênero, classe e raça. Ao articular essas perspectivas, o artigo desnaturaliza a ideia de que “todos têm voz” na sociedade contemporânea. Plataformas digitais, por exemplo, prometem democratização, mas algoritmos priorizam conteúdos que geram engajamento (muitas vezes polêmicos ou sensacionalistas), silenciando vozes críticas ou complexas. Assim, a voz não é um direito universal, mas um campo de batalha onde se disputam visibilidades, legitimidades e, em última instância, o direito de existir no espaço público.

A VOZ COMO PODER NAS RELAÇÕES SOCIAIS

A voz exerce um papel essencial na política e na liderança, pois é por meio dela que se constroem discursos persuasivos e se consolidam autoridades. Segundo Fairclough (2001), a linguagem, quando utilizada estrategicamente, não apenas comunica ideias, mas reforça estruturas de domínio e hierarquia. Líderes políticos, por exemplo, modulam sua voz para transmitir segurança, empatia ou determinação, influenciando diretamente o comportamento e as emoções do público (CHARAUDEAU, 2010). Essa estratégia pode ser observada em discursos icônicos, como os de Martin Luther King Jr., que utilizou pausas dramáticas e entonações vibrantes para mobilizar multidões em prol dos direitos civis, ou nos pronunciamentos de Winston Churchill durante a Segunda Guerra Mundial, cujo tom firme e ritmo calculado transmitiam resiliência em tempos de crise. Esses exemplos ilustram como a voz não é apenas um veículo de mensagens, mas uma ferramenta performativa que constrói realidades e mobiliza afetos.

A mídia, por sua vez, desempenha um papel crucial na forma como a voz é utilizada para persuadir e manipular audiências. De acordo com Thompson (1995), a comunicação mediada pelo som — seja em rádio, televisão ou podcasts — tem o poder de reforçar ideologias e promover determinadas visões de mundo, influenciando a forma como as pessoas interpretam a realidade. A voz dos jornalistas, por exemplo, é cuidadosamente treinada para soar objetiva e confiável, criando uma aura de autoridade que legitima suas narrativas. No entanto, essa objetividade é frequentemente ilusória, pois a seleção de vozes que recebem espaço na mídia reflete estruturas de poder mais amplas. Como aponta Spivak (2010), determinados grupos sociais — especialmente mulheres, negros, indígenas e LGBTQIA+ — são historicamente silenciados ou sub-representados, o que perpetua desigualdades simbólicas. Além disso, propagandas políticas e campanhas publicitárias utilizam técnicas de sonoridade, como música de

fundo e entonações emotivas, para gerar impacto emocional e influenciar decisões (FAIRCLOUGH, 2001). Essas estratégias revelam como a voz, na mídia, é tanto um instrumento de informação quanto de controle social.

O avanço das tecnologias vocais tem introduzido novos desafios para a compreensão do poder da voz. Com a popularização de assistentes virtuais como Alexa, Siri e Google Assistant, observa-se uma crescente delegação de interações humanas a sistemas automatizados. Zuboff (2019) argumenta que a captação e o processamento da voz por esses sistemas inserem os indivíduos em uma nova lógica de vigilância e controle, onde suas preferências, hábitos e dados pessoais são constantemente analisados e monetizados. Essa “economia da voz” não apenas amplia o poder das corporações tecnológicas, mas também redefine as fronteiras entre o público e o privado, já que até mesmo conversas íntimas podem ser gravadas e armazenadas.

Além disso, os deepfakes vocais representam uma ameaça significativa ao uso ético e democrático da voz. Essas tecnologias permitem a manipulação de falas e discursos, criando gravações falsas que podem comprometer a credibilidade de figuras públicas e ampliar o risco de desinformação. Haggerty e Ericson (2000) alertam que, em um contexto em que a autenticidade da voz pode ser facilmente falsificada, a confiança nas instituições e nos líderes políticos é profundamente abalada. Um exemplo recente foi a disseminação de áudios falsos atribuídos a políticos durante eleições, gerando confusão e polarização. Assim, a evolução tecnológica da voz não apenas amplia seu alcance, mas também intensifica seus usos políticos e sociais, criando novos dilemas éticos e desafios regulatórios.

A voz, portanto, é um campo de batalha onde se disputam visibilidades, legitimidades e poder, sendo uma peça-chave na construção das dinâmicas de autoridade e resistência. Longe de ser um mero fenômeno biológico ou um simples veículo de comunicação, a voz assume um caráter performativo e estratégico, operando como uma tecnologia

social que reforça ou desafia estruturas de dominação. Sua influência se manifesta de maneira distinta em diferentes esferas da sociedade: na política, na mídia e no campo das inovações tecnológicas.

Na política, a voz é um instrumento de persuasão e mobilização, moldando discursos e influenciando massas. Líderes políticos utilizam técnicas vocais para criar impacto emocional e estabelecer conexões com o público, como visto nos discursos de Martin Luther King Jr. ou de Barack Obama, cujas entonações envolventes e cadenciadas reforçavam sua autoridade e carisma. No entanto, o poder da voz política também revela sua capacidade de exclusão: determinados grupos são historicamente silenciados, seja por falta de representatividade nos espaços institucionais, seja por mecanismos estruturais que desacreditam ou distorcem suas narrativas.

Na mídia, a voz desempenha um papel crucial na construção da realidade social. Jornalistas, locutores e apresentadores modulam sua vocalidade para transmitir objetividade e credibilidade, enquanto a seleção das vozes que recebem espaço midiático reflete relações de poder preexistentes. Como aponta Spivak (2010), grupos marginalizados são frequentemente sub-representados, o que perpetua desigualdades e reforça narrativas dominantes. Além disso, a entonação, o ritmo e a escolha lexical são elementos cuidadosamente estruturados para influenciar a interpretação do público, tornando a mídia não apenas um canal de informação, mas também um mecanismo de controle ideológico.

No campo das tecnologias, a voz emerge como uma fronteira de inovação e risco. O desenvolvimento de assistentes virtuais, algoritmos de reconhecimento de voz e técnicas de deepfake amplia a acessibilidade e a personalização da comunicação, mas também introduz novas formas de vigilância e manipulação. Empresas de tecnologia, ao coletar dados vocais, inserem os indivíduos em uma lógica de monitoramento constante, onde a voz se torna um ativo explorável para fins comerciais e políticos. Além disso, o avanço das tecnologias de síntese vocal levanta questões

sobre autenticidade e desinformação, uma vez que discursos falsificados podem ser utilizados para manipular a opinião pública ou comprometer a reputação de figuras públicas. Assim, torna-se evidente que a voz não pode ser compreendida de forma isolada, pois está entrelaçada com relações de poder que definem quem pode falar, ser ouvido e ter sua mensagem legitimada. Na intersecção entre política, mídia e tecnologia, a vocalidade configura-se como um espaço de disputa contínua, onde o direito à fala e à escuta se tornam, em última instância, um reflexo das tensões e contradições da sociedade contemporânea.

ESTUDO DE CASO: DISCURSO, TECNOLOGIA E RESISTÊNCIA

A análise de discursos políticos e midiáticos revela como a voz funciona como um mecanismo central na construção e consolidação do poder. Mais do que um mero veículo de comunicação, a voz carrega em si dimensões simbólicas que estruturam hierarquias e legitimam discursos. De acordo com Fairclough (2001), o discurso não apenas reflete relações sociais preexistentes, mas também as moldaativamente, definindo quem tem legitimidade para falar e ser ouvido. Nesse sentido, a modulação vocal, a escolha lexical e a estrutura argumentativa tornam-se ferramentas estratégicas para consolidar autoridade e influenciar a opinião pública. Segundo Bourdieu (1996), a linguagem, incluindo a voz, é um capital simbólico que pode ser convertido em poder político e social, funcionando como um diferenciador entre aqueles que possuem acesso aos espaços de enunciação e aqueles que são silenciados.

Líderes políticos utilizam a voz como um instrumento de persuasão e controle. Barack Obama, por exemplo, é conhecido por sua dicção pausada e tom envolvente, que criam um senso de proximidade e autoridade simultaneamente. Seu uso calculado de pausas e inflexões vocais contribui para a construção de uma imagem carismática e confiável. Por outro lado, Angela Merkel adota um tom mais contido e racional, transmitindo estabilidade e pragmatismo. De acordo com

Foucault (2008), o poder não está apenas nas instituições formais, mas também nas estruturas discursivas que determinam quais vozes possuem legitimidade e quais são marginalizadas. Dessa forma, a voz não é apenas um instrumento de expressão, mas também um mecanismo de inclusão e exclusão dentro das dinâmicas de poder.

Estudos apontam que a modulação da voz é um dos principais fatores que determinam a percepção de credibilidade de um orador. Tons mais graves são frequentemente associados à autoridade e ao comando, enquanto vozes mais agudas podem ser interpretadas como menos sérias ou assertivas (CAMERON, 1995). Esse fenômeno tem implicações de gênero, uma vez que vozes femininas tendem a ser socialmente deslegitimadas em espaços de poder. Além disso, a entonação e o ritmo do discurso são estratégias fundamentais para a construção de impacto retórico, pois pausas estratégicas e variações na cadência ajudam a enfatizar pontos cruciais e manter a audiência engajada (CHARAUDEAU, 2010).

Com a ascensão das plataformas digitais, a voz se tornou um vetor ainda mais influente na formação de opinião. Podcasts, discursos transmitidos ao vivo e assistentes virtuais ampliam o alcance das vozes, ao mesmo tempo em que introduzem novas formas de manipulação. Segundo Zuboff (2019), o capitalismo de vigilância utiliza a comunicação vocal como uma ferramenta de coleta de dados e persuasão algorítmica. Nesse contexto, deepfakes de voz representam uma ameaça crescente, pois permitem a fabricação de discursos falsos atribuídos a figuras públicas, comprometendo a autenticidade das fontes de informação e potencializando estratégias de desinformação.

A ética da vocalidade no contexto do poder revela-se como um campo tensionado entre a exclusão estrutural e a insurgência política, exigindo uma análise que articule criticamente tecnologia, colonialidade e resistência. Spivak (2010), ao discutir a exclusão das vozes subalternas, aponta para uma epistemologia do silêncio, na qual a impossibilidade de fala não é acidental, mas estrutural, enraizada em hierarquias de raça,

classe e gênero. No ambiente digital, essa dinâmica é intensificada por algoritmos que operam como filtros culturais, privilegiando padrões vocais associados a hegemonias eurocêntricas (THOMPSON, 1995). Sistemas de reconhecimento de voz, por exemplo, frequentemente falham em identificar sotaques não padrão ou entonações de comunidades periféricas, reproduzindo o que Buolamwini e Gebru (2018) chamam de "viés codificado", que naturaliza a superioridade de certos registros linguísticos. Essa marginalização técnica não é neutra: ela reifica colonialidades acústicas, transformando diferenças culturais em deficiências tecnológicas.

A inteligência artificial (IA) aplicada à vocalidade aprofunda essas questões ao introduzir riscos de apagamento identitário. Ferramentas de síntese vocal, como clones digitais ou *deepfakes*, permitem a apropriação de vozes marginalizadas para fins de manipulação, esvaziando-as de autenticidade. Zuboff (2019) alerta que, no capitalismo de vigilância, a voz torna-se matéria-prima para extração de dados, dissociada de contexto ético. Um exemplo emblemático é o uso de vozes de líderes indígenas em gravações falsas para deslegitimar lutas por território, prática que não só corrói a confiança, mas também recoloniza a oralidade, transformando-a em instrumento de dominação. Aqui, a crítica de Spivak (2010) à representação do subalterno ressoa: quando a voz é simulada por algoritmos, mesmo que aparentemente "incluída", ela permanece ventriloquizada, destituída de agência política.

Contudo, a mesma tecnologia que silencia pode ser ressignificada como arsenal de contra-hegemonia. Soares (2015) demonstra como coletivos periféricos utilizam podcasts para criar espaços sonoros autônomos, onde sotaques, gírias e ritmos antes estigmatizados são celebrados como marcas de resistência. Plataformas como o Rap da Saúde nas favelas cariocas ou o podcast Negra Voz amplificam narrativas antirracistas, desafiando a monocultura vocal da mídia tradicional. Essas iniciativas exemplificam o que Fraser (1990) denominou contrapúblicos subalternos, esferas discursivas que reconfiguram a relação entre voz, poder

e pertencimento. A oralidade, nesses contextos, transcende a comunicação: torna-se ato performativo de existência política, confrontando a violência epistêmica descrita por Spivak.

A dualidade da voz como instrumento de opressão e emancipação reflete a dialética foucaultiana do poder: se, por um lado, mecanismos digitais disciplinam corpos sonoros (FOUCAULT, 2008), por outro, a proliferação de tecnologias acessíveis permite que grupos marginalizados hakeiem as estruturas de enunciação. Um caso ilustrativo é o uso do TikTok por comunidades indígenas para difundir línguas ameaçadas, como o guarani ou o yorubá, subvertendo a lógica de plataformas projetadas para viralidades superficiais (KIETZMANN, 2021). Essas práticas não apenas preservam tradições, mas também desafiam a economia política da atenção, reivindicando a voz como direito à memória e à diferença.

As implicações éticas desse cenário exigem revisão crítica dos parâmetros de design tecnológico. Se algoritmos são treinados em bancos de dados majoritariamente anglófonos e brancos (como o Common Voice da Mozilla), sua "neutralidade" reforça exclusões. Propõe-se, então, uma ética decolonial da vocalidade, inspirada em Santos (2018), que priorize a diversidade linguística e a justiça cognitiva. Isso implica, por exemplo, desenvolver IA com comunidades locais, incorporando suas epistemologias sonoras, e regulamentar o uso de deepfakes para proteger vozes vulneráveis.

Em síntese, a voz na era digital é lugar de luta ontológica: enquanto algoritmos e hegemonias culturais tentam fixar hierarquias acústicas, movimentos sociais desestabilizam essas normas, transformando-a em ferramenta de reexistência. Como a batalha pelo direito à voz é, em última instância, uma batalha pelo direito à humanidade em um mundo onde a escuta é politicamente estratificada, estudar esse fenômeno demanda, portanto, não apenas análise discursiva (FAIRCLOUGH, 2001), mas alianças transdisciplinares que integrem crítica tecnológica, estudos

pós-coloniais e ativismos digitais, garantindo que a voz seja um vetor de justiça, não de opressão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A voz, enquanto mecanismo de poder, configura-se como um elemento central na estruturação das relações sociais, políticas e midiáticas. Ao longo deste estudo, analisou-se como a vocalidade influencia a construção da autoridade, a credibilidade dos discursos e a formação da opinião pública, revelando-se um fator determinante para a manutenção e a disputa do poder. Como demonstrado, a voz ultrapassa sua função comunicativa e torna-se um capital simbólico capaz de legitimar ou marginalizar determinados sujeitos no espaço público (BOURDIEU, 1996).

A análise dos discursos políticos e midiáticos evidencia que a modulação vocal, a entonação e a prosódia não apenas reforçam a persuasão, mas também contribuem para a construção de identidades políticas e sociais. Líderes influentes, como Barack Obama e Angela Merkel, exemplificam como o controle da voz pode consolidar imagens de carisma, estabilidade e autoridade. Como aponta Fairclough (2001), o discurso não apenas reflete a realidade, mas a produz, moldando percepções e hierarquias de poder.

No ambiente digital, a voz assume novas formas de influência e controle, especialmente no contexto das tecnologias vocais, assistentes virtuais e deepfakes. O capitalismo de vigilância, conforme argumenta Zuboff (2019), instrumentaliza a voz como um meio de coleta de dados e manipulação comportamental, introduzindo desafios éticos significativos. Além disso, a exclusão de vozes subalternas no espaço midiático e digital reforça desigualdades estruturais, como apontado por Spivak (2010), demonstrando a necessidade de uma abordagem crítica sobre quem tem o direito de falar e ser ouvido.

Contudo, se por um lado a voz pode ser um mecanismo de dominação, por outro, ela também se configura como um instrumento de resistência. Movimentos sociais e ativistas têm utilizado plataformas digitais para amplificar vozes historicamente silenciadas, subvertendo estruturas tradicionais de poder (SOARES, 2015). Esse fenômeno sugere que a disputa pelo espaço vocal não é apenas uma questão de comunicação, mas uma luta política pela representatividade e pela reconfiguração das hierarquias sociais.

Dante dessas considerações, o estudo sobre a voz como instrumento de poder ainda apresenta vasto campo de investigação. Futuros trabalhos podem aprofundar a análise sobre a relação entre a voz e os avanços da inteligência artificial, explorando como a modificação e a reprodução sintética da voz impactam a autenticidade do discurso público. Além disso, pesquisas interdisciplinares podem examinar a interseção entre vocalidade, identidade e acessibilidade, analisando como diferentes grupos sociais têm suas vozes amplificadas ou silenciadas em distintos contextos políticos e midiáticos.

Por fim, compreender a voz como um vetor de poder implica reconhecer sua dimensão política e simbólica, desnaturalizando seu uso e explorando suas implicações na sociedade contemporânea. Ao trazer essa reflexão, este estudo contribui para o debate sobre linguagem, comunicação e poder, incentivando novas investigações sobre os desdobramentos da vocalidade no cenário global.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 1929.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas linguísticas**. Tradução de Sérgio Miceli. São Paulo: Edusp, 1996.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1990.

CAMERON, Deborah. **Verbal Hygiene**. Londres: Routledge, 1995.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso político**. São Paulo: Contexto, 2010.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e Mudança Social**. Tradução de Isabel Magalhães. Brasília: Editora da UnB, 2001.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 17. ed. São Paulo: Loyola, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FRASER, Nancy. **Repensando a esfera pública**: Uma contribuição para a crítica da democracia realmente existente. Tradução de Sérgio Lamarão. **Mediações**, Londrina, v. 7, n. 2, p. 197-225, 2002. (Original publicado em 1990).

HAGGERTY, Kevin D.; ERICSON, Richard V. **The surveillant assemblage**. The British Journal of Sociology, v. 51, n. 4, p. 605-622, 2000.

KIETZMANN, Jan et al. Social Media? Get Serious! Understanding the Functional Building Blocks of Social Media. **Business Horizons**, v. 54, n. 3, p. 241-251, 2011.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O fim do império cognitivo**: A afirmação das epistemologias do Sul. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

SOARES, Roseli. **Comunicação e hegemonia: os sentidos em disputa na esfera pública**. São Paulo: Intercom, 2015.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

THOMPSON, John B. **Os meios de comunicação e a modernidade**. Petrópolis: Vozes, 1995.

ZUBOFF, Shoshana. **The age of surveillance capitalism:** The fight for a human future at the new frontier of power. New York: PublicAffairs, 2019.